



INFORMATIVO SEMANAL ASSESPRO

Os principais temas da semana para o setor de TI

Apresentado parecer a projeto que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. No âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal, o senador **Irajá** (PSD/TO) apresentou, nesta semana, [parecer](#) favorável ao [PLP 127/2021](#) (*Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte*) com seis emendas de redação de sua autoria. A matéria está pronta para ser incluída na pauta da Comissão.

ANPD agenda audiência pública sobre Regulamento de Dosimetria e Aplicação de Sanções Administrativas. Será realizada, no [dia 2 de setembro](#) de forma virtual, por meio do [canal](#) da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) no Youtube, audiência pública sobre a [minuta de resolução que aprova o Regulamento de Dosimetria e Aplicação de Sanções Administrativas](#), vinculada à [Consulta Pública](#) aberta a contribuições [até o dia 15 de setembro](#). As inscrições poderão ser realizadas por [aqui](#), [até às 18h o dia 30 de agosto](#). Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail normatizacao@anpd.gov.br.

Sancionado projeto que institui Programa de Simplificação do Microcrédito Digital para Empreendedores. Foi publicada, no Diário Oficial da União – DOU desta quinta-feira (25), a sanção do [PLV 17/2022](#) (*Programa de Simplificação do Microcrédito Digital para Empreendedores – SIM Digital*), oriundo da [MPV 1107/2022](#), na forma da [Lei nº 14.438/2022](#). O SIM Digital busca: (i) criar incentivos à formalização do trabalho e ao empreendedorismo; (ii) incentivar a inclusão financeira e o acesso ao crédito para empreendedores excluídos do sistema financeiro; e (iii) ampliar os mecanismos de garantia para a concessão de microcrédito produtivo para empreendedores, inclusive por meio do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

Os empréstimos poderão ser de R\$ 1,5 mil, no caso de pessoas físicas, ou de R\$ 4,5 mil, para microempreendedores individuais (MEI). As operações de microcrédito serão concedidas exclusivamente a pessoas naturais e a microempreendedores individuais que não tenham, [em 31 de janeiro de 2022](#), operações de crédito ativas.

Taxa e prazo – Estabelece, também, que os empréstimos do SIM Digital serão garantidos pelo Fundo Garantidor de Microfinanças (FGM); e permite a participação de qualquer banco para emprestar seus recursos com a garantia do FGM com taxas de 3,6% ao mês e o prazo máximo de 24 meses para pagar.

FGTS – A Lei autoriza o uso dos recursos do FGTS como fonte de garantia, para diminuir o risco dessas operações; e altera as datas de recolhimento de contribuições previdenciárias, que deverão ter sua arrecadação até o dia 20 de cada mês.

Para TCU, recursos do Fust são para conectar alunos e professores, e não escolas. O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), **Walton Alencar Rodrigues**, proferiu [parecer](#) em sessão plenária na semana passada, a respeito de [questionamento](#) feito pelo senador **Alessandro Vieira** (PSDB/SE), da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado Federal sobre aplicação da [Lei nº 14.172/2021](#) (*Lei de Conectividade*), que prevê a estados e municípios recursos de **R\$ 3,5 bilhões** do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para garantir acesso à Internet a professores e alunos da rede de educação básica pública. Segundo Alencar, os recursos não podem ser aplicados em serviços de acesso à Internet das escolas, uma vez que *a aplicação excepcional dos recursos nessa finalidade já é regulamentada "com razoável flexibilidade na própria legislação"*, como a adesão a atas de registro de preços ainda vigentes. No entanto, os recursos recebidos podem ser utilizados para ampliação de contratos já em andamento para conectividade móvel e conectividade das escolas, desde que obedecidos os ditames da lei de licitações utilizada no respectivo contrato.

Sobre possíveis mudanças no Plano de Trabalho fornecidos e aprovados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o órgão explica que estes documentos não podem ser alterados após a transferência dos recursos, uma vez que não há previsão legal que permita tal alteração.





INFORMATIVO SEMANAL ASSESPRO

Os principais temas da semana para o setor de TI

Ainda, sobre os procedimentos que estados e municípios devem adotar para a restituição dos recursos repassados e não utilizados, o TCU afirma que na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6926, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), **Dias Toffoli**, decidiu em abril prorrogar o prazo para a aplicação dos recursos do Fust transferidos pela União aos Estados e ao Distrito Federal até o término do exercício financeiro corrente, ou seja, até 31 de dezembro de 2022. A ADI prorroga também o prazo máximo para a devolução dos valores que não forem aplicados tempestivamente ou que forem aplicados em desconformidade com a Lei 14.172/2021 para 31 de março de 2023. Com informações de: [Teletime](#)

Conselho de Proteção de Dados manifesta apoio à MP que transforma ANPD em autarquia especial. O Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade (CNPD), órgão consultivo multissetorial da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) divulgou, nesta semana, [nota de apoio](#) à transformação da [MPV 1124/2022](#) (*transforma a Autoridade Nacional de Proteção de Dados em autarquia de natureza especial*) em norma jurídica. Concomitantemente, o Fórum Empresarial da LGPD divulgou, também nesta semana, [manifesto](#) em defesa da promulgação da matéria, subscrito por 18 entidades do setor. Na última semana, o presidente do Senado Federal, **Rodrigo Pacheco**, prorrogou por mais 60 dias a vigência da medida provisória. Especula-se que a matéria deverá voltar à pauta do Congresso Nacional apenas após as eleições de outubro. Com informações de: [Teletime](#) e [Tele.Síntese](#)